

# Famílias em *questão*: aspectos descritivos no sertão pernambucano

**Leonardo Vilaça Dupin<sup>1</sup>**  
**Sheila Maria Doula<sup>2</sup>**

## Resumo

O tema deste trabalho delimita-se na relação entre Família, Estado e Violência no sertão pernambucano. Em uma pequena cidade, grupos fortemente armados, sob o nome de cinco famílias, entram em um conflito que ganha enormes proporções. Dezenas de pessoas são mortas, e os grupos ingressam num ciclo de marginalidade e pobreza; um acordo de paz é, então, assinado em cartório. Busca-se aqui indagar como tais conflitos se processam e que significados e efeitos produzem. Tomados em sua operacionalidade, eles constituem o modo como essa sociedade se organiza em termos simbólicos, temporais e espaciais. As categorias analíticas fundamentais para o estudo são vingança, reputação e honra.

**Palavras-chave:** Família. Honra. Vingança. Sertão pernambucano.

## I. Introdução

“Eu fui ao velório e seu M. disse para mim: mataram meu filhinho, mas eu me desfaço de tudo o que tenho e vingo a morte dele. E se desfez da casa, vendeu propriedades e foi embora de onde ele estava tentando se vingar”. Esse relato, colhido em pesquisa de campo em 2009, no município de Cabrobó (PE), resume uma ‘Briga entre famílias’<sup>3</sup> no sertão pernambucano. Analisamos neste artigo o desenrolar dos acontecimentos, descrevendo aspectos físicos e

---

1 Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais, Brasil e colabora com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) no projeto Mais Gestão (inserção da agricultura familiar como Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE). É autor de artigos publicados nas revistas: *Revista IDEAS (Online)*, 2009; *Antropolítica (Universidade Federal Fluminense – UFF)*, 2008, entre outras publicações. E-mail: leodupin@hotmail.com.

2 Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (1997) e Professora Associada II da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais, Brasil. É autora de artigos publicados nas revistas: *Educação em Revista (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)*, 2013; *Faz Ciência (Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE)*, 2013; *INTERthesis (Florianópolis)*, 2013; *Revista IDEAS (Online)*, 2012, entre outras. E-mail: sheiladoula@gmail.com.

3 A ‘briga de famílias’ compreende indivíduos articulados provisoriamente sob bandeiras de nomes de famílias que podem estar ou não ligados por consanguinidade (MARQUES, 2002).

simbólicos desses conflitos, buscando compreendê-los dentro de uma determinada lógica social.

Os conflitos são aqui tratados na perspectiva de Simmel (1983), que os interpreta em sua positividade, como dimensões relacionais da vida social. Segundo o autor, todo conflito visa resolver dualidades divergentes e obter algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes. Ele contém algo de positivo e, por isso, não será analisado neste artigo como evento disruptivo que busca restaurar um equilíbrio anterior, supostamente pacífico. Ao invés de interpretá-lo por supostas ausências de ordenamentos ou de instituições capazes de impor uma ordem social, optamos por compreender o que há de duradouro e específico nessas tensões (PALMEIRA; GOLDMAN, 1996), indagando sobre o seu funcionamento, os significados e os efeitos (MARQUES; COMERFORD; CHAVES, 2007, p. 34).

Consideramos também que o conflito aqui analisado e seus desdobramentos são mais que a consequência da ausência do Estado ou de uma modernidade incompleta, e que as famílias em disputa não se reduzem à persistência de uma tradição atrasada. As relações de tensão são vistas como constituintes do processo de organização e de ordenamento social e nesse sentido os rituais e as representações associadas aos conflitos não podem ser reduzidos a seus meros acessórios. Destaca-se ainda que a constituição dos grupos conflitantes é um processo mutável e pouco previsível, e que os mediadores das contendas também passam a ser observados como personagens dotados de determinadas particularidades e eficácia simbólica.

Os conflitos de famílias, planejados e organizados sob o signo da instituição familiar, longe de se configurarem como exceção ou reflexo de desordem anômica, dão forma a um drama social que, ao agregarem e desagregarem pessoas e grupos, compõem e disciplinam a organização da sociedade estudada; por isso, perduram, incorporam elementos do processo de modernização, envolvendo variáveis políticas, econômicas e culturais que se relacionam com as dimensões simbólicas da honra e da vergonha, em seus sentidos regionais.

## **2. Uma estrutura de longa duração**

O assassinato descrito nas primeiras linhas deste artigo acarretou uma série de vinganças, gerida pelos vários lados que se antagonizavam. Uma

sequência de ações pautadas na violência planejada e ritualizada se desdobrou em dezenas de mortes: era o princípio de mais uma longa e violenta briga de famílias, que ultrapassou uma década e só cessou no ano 2000<sup>4</sup>, com um acordo de paz assinado em cartório, cuja mediação foi realizada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Centenas de pessoas, sob o nome de cinco tradicionais famílias da região, estiveram envolvidas, e o conflito se multiplicou em sequestros nas estradas, assaltos a bancos e carros-fortes em diversos municípios. O poder público e a população local muito especularam sobre o motivo e o desenrolar de toda aquela violência, se esta poderia estar relacionada ao tráfico de drogas, confronto político, vingança por honra ou mesmo todos eles entrelaçados. Jornais da época também interpretaram o fato, notadamente o *Jornal do Commercio*, que realizou uma cobertura mais detalhada do conflito, enviando vários repórteres ao local:

Para se manterem fortes no conflito de famílias no município de Cabrobó, localizado no sertão de Pernambuco, alguns membros dos Gonçalves/Araquans e Cláudio/Russos entraram num ciclo de marginalidade. Fizeram dos assaltos a carros-fortes, caminhões e veículos nas estradas e do tráfico de maconha uma profissão, como forma de obter dinheiro e armas do mais alto calibre para se defender dos inimigos. [...] O mais interessante desse confronto é que não existe luta pelo domínio da venda de droga ou das áreas de assalto. O interesse deles é conseguir armas para brigar entre si. (ROUBO..., 1997.).

O fenômeno não é raridade no sertão nordestino; uma abordagem histórica dessas *questões* demonstra que as brigas de e entre famílias, bem como a mediação realizada em torno delas, insinuam uma estrutura de longa duração no meio rural brasileiro (BARREIRA, 1998; VILLELA, 2007) ou um pressuposto de suas relações sociais (COMERFORD, 2003). Villela (2007) afirma tratar-se de uma tendência, pois a rigor não é correto falar em padrão, uma vez que as formas sob as quais as *intrigas* brotam são circunstanciais e as variações são também recorrentes nos modos de mediação.

Esta tendência consiste na seguinte sequência de acontecimentos: um indivíduo ou um grupo de dimensões e identificação flutuantes, diante da ameaça da desmoralização, põe-se no dilema entre perder o respeito, ao ser

4 O termo "cessou" não significa o término em definitivo. Após esse desfecho não houve, na interpretação local, mais assassinatos relacionados com a questão, porém seria precipitado profetizar tal conclusão.

encarado por todos os demais como ‘frouxos’, ou reagir violentamente aos insultos recebidos e construir, individual e coletivamente, a sua ‘fama’, mas ao mesmo tempo correndo o risco de ser punido pelo poder público (VILLELA, 2007, p. 126-127).

São os chamados, de acordo o ponto de vista local, ‘conflitos de honra’, situações em que a fidelidade à família ou ao grupo social ao qual se pertence deve ser mostrada de muitas formas. O mais comum é a obrigação de retribuir a violência, quando, por exemplo, ocorre uma ofensa grave a um membro do grupo. Essas obrigações de solidariedade podem dar origem a grandes ciclos de vingança. No último século, citando apenas as brigas de famílias de maior repercussão no sertão nordestino, é possível lembrar a ‘guerra’ de mais de 70 anos entre os Pereira e os Carvalho, no município de Serra Talhada (PE); a dos Sampaio e Alencar *versus* os Saraiva, em Exu (BA); além dos Ferraz contra os Novaes, no município de Floresta (PE). Há também a briga que envolveu a família de Antônio Conselheiro, entre os Maciéis e os Araújo, retratada por Euclides da Cunha, em *Os Sertões*.

Nesse círculo, onde a família é o ponto fundamental e o parentesco é o princípio organizador básico do mapa social, agregam-se e irrompem membros de uma mesma família, aliam-se e enfrentam-se vizinhos, compadres, parentes, ou ao menos pessoas ‘familiarizadas’, cujos atos são de responsabilidade compartilhada, por imposição social (COMERFORD, 2003, p. 76). É geralmente nessa instituição, caracterizada por um círculo de proximidade social, que, diante de um público comum, se constituem as partes antagônicas das chamadas *intrigas* ou *questões*<sup>5</sup>.

Franco destaca três aspectos dessa relação que aqui são importantes: a luta surge e a violência se repete como regularidade “nos fenômenos que derivam da proximidade espacial (vizinhança), nos que caracterizam uma vida em condições comuns (cooperação) e naqueles que exprimem o ser comum (parentesco)” (FRANCO, 1983, p. 25). Assim, tal violência atravessa toda a organização social surgindo nos seus setores menos regulamentados, os da

---

5 Os termos exprimem categorias nativas. Utilizamos questão para o ato que inaugura as narrativas ou a disputa, com a efetivação de uma briga. Intriga é o que se segue à questão inicial e nunca acaba, uma relação de medição de força, uma briga em latência estabelecida entre partes tendencialmente iguais nos planos da hierarquia social moral, em que a possibilidade de retaliação da paz a alimenta (MARQUES, 2002).

vida comunitária, e projetando-se até à codificação dos valores fundamentais da cultura. Ali os contendores medem-se e põem em dúvida a capacidade recíproca de se enfrentarem. Num processo de autoafirmação, os grupos envolvidos se definem como antagonistas, e suas ações exteriorizam um padrão em que se sobressai a relação desproporcional entre os motivos imediatos e o curso violento dos acontecimentos posteriores (FRANCO, 1983). E dessa forma aconteceu com a *questão* aqui abordada:

Tudo começou por causa do C. que matou meu pai [...]. Quando o conheci era gente boa, mas quando se juntou com os Russos não ficou valendo nada. Através do C, com quem tive aproximação, perdi meu pai, irmão e primo. Aí pensamos: vai tudo ficar assim? (BRIGA..., 1997).

### 3. A genealogia das famílias no sertão pernambucano

Família no sertão pernambucano é um termo polissêmico e, dependendo do contexto, pode ser utilizado como: 1) família sobrenome: extensas árvores genealógicas com todo o conjunto dos descendentes que carregam o mesmo sobrenome; 2) família linhagem: um segmento dessa cadeia (descendentes de um mesmo casal até certa geração, independentemente de possuir ou não o mesmo sobrenome)<sup>6</sup>; 3) família nuclear: grupo doméstico, formado por pai, mãe, filhos e, em alguns casos, avós; 4) parentesco ritual (compadrio), relações que extrapolam os laços de sangue e fazem proliferar o número de pessoas que, em caso de necessidade, podem ser consideradas da família (VILLELA, 2007, p. 110).

Diante das atualizações, alianças e separações que se processam durante as gerações, delimitar em qualquer uma dessas noções quem está dentro ou fora do campo familiar não é tarefa fácil. As várias rupturas ou aproximações, sejam nos conflitos ou nos intervalos entre eles, dão à instituição familiar um caráter extremamente dinâmico, sempre em transformação.

Para Villela, o mapa construído pelos genealogistas é apenas o material em que se operam as redes mutantes de pertencas, rupturas, composições e

6 *A profundidade da linhagem é, geralmente, determinada pela existência de um ancestral comum que desfrute de algum prestígio, cuja história pessoal possibilite transformá-lo num personagem da memória familiar (VILLELA, 2007, p. 111). Esta classificação é bem próxima às designações locais utilizadas em Cabrobó para definir as famílias em conflito.*

recomposições e sobre as quais se constroem constantes interpretações moldadas pelas circunstâncias. Dada a filiação indiferenciada, as adesões a determinados grupos familiares permanecem abertas, arrastando com elas as ajudas e os ódios, as solidariedades e inimizades. “Isso porque, no limite do indiferenciado genealógico, todos são, de alguma forma, parentes” (VILLELA, 2004, p. 28).

Diante dessa dinamicidade, Comerford, estudando o tema na Zona da Mata Mineira, cunhou os termos ‘familiarização’ e ‘desfamiliarização’, que tomaremos aqui como referência: “Mais do que pressupor a família como unidade da análise, as famílias são vistas como se fazendo e refazendo permanentemente umas diante das outras, em público – um público formado por famílias” (COMERFORD, 2003, p. 183). Para o autor, para fins de análise, é mais adequado falar em processos de familiarização e desfamiliarização do que propriamente em famílias como unidades empiricamente delimitadas.

Adotando essa concepção, também abordamos a família em sua operacionalidade, observando seu funcionamento em um contexto, nas suas várias atribuições sociais. No caso em análise, destacamos que a família sertaneja não é monolítica, é um sistema aberto de circulação de solidariedade, alianças e rupturas (VILLELA, 2004, p. 28), e a solidariedade familiar ou parental não é automática nem mecânica. Sua atualização depende de uma série de fatores não antecipáveis e frequentemente imprevisíveis. Assim, por exemplo, os casamentos podem garantir laços de afinidade que interferem na leitura de uma árvore genealógica unificada, enquanto uma divisão de herança pode representar seu desmembramento, de modo que esta passa a ser operacionalizada pelos grupos sociais de modo segmentado.

O relato a seguir, de um membro de uma das famílias na *questão* abordada, evidencia como essas composições são provisórias:

Na realidade essas famílias eram todas unidas, eram todos amigos, viviam juntos, conviviam pacificamente. Na realidade, se você olhar bem, era tudo uma família só, o parentesco é com todos. Para você ver, tinha Araquan casado com Gonçalves, Gonçalves casado com Russo, Russo casado com Benvindo. E quando o conflito aperta, às vezes tem que romper com primo, com a família da esposa. Aqui era assim, tanto que eu perdi muitos amigos dos dois lados, que conviviam juntos e foram se matando por uma besteira. (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, 2009).

Esse tipo de abordagem nos oferece a compreensão dessas instituições como agregadoras e desagregadoras de indivíduos, com fronteiras que se marcam e se apagam, e onde a genealogia imputada aos indivíduos é um meio de preservar a memória coletiva e de construir um mapa sócio-moral da comunidade. Assim, as genealogias tanto dão quanto se nutrem dos princípios de união e divisão (MARQUES, 2007, p. 20).

#### **4. A composição dos grupos em questão em Cabrobó**

A noção de briga de família no sertão pernambucano compreende conflitos protagonizados por sujeitos articulados sob bandeiras de nomes de famílias, que podem estar ou não ligados por consanguinidade e cujos propósitos, atualizados ou cogitáveis, são retaliatórios (MARQUES, 2002).

DaMatta afirma que em sistemas hierarquizados e holísticos como são as instituições familiares, o nome tem por função classificar e demarcar a posição social na hierarquia, de modo que a degradação da posição é igual a manchar e ofender o nome. Este se encontra preso a certas posições no sistema, e pronunciá-lo sem o necessário respeito equivale a atacar a posição que o grupo de parentesco ocupa na hierarquia local. Assim, o desrespeito ao nome é idêntico à degradação do papel social, o que exige uma satisfação (DAMATTA, 1990, p. 161).

Em situações como uma briga, as designações devem ser bem demarcadas, podendo exigir a adoção de um ‘nome de guerra’, que permite uma individualização e sinaliza a mudança na situação social. No sertão pernambucano, como relataram alguns entrevistados, os nomes das famílias nessas ocasiões geralmente se ligam a alguma liderança, chamada localmente de ‘cabeça da família’.

A insígnia remete a alguém que comanda a articulação dos planos de defesa e retaliação – segundo o que foi dito, é o ‘cabeça’ quem pensa as estratégias familiares. Este pode ou não estar envolvido diretamente nos assassinatos, o mais comum é que não esteja. Em algumas entrevistas, eles foram diferenciados dos que de fato brigam, evidenciando uma divisão não estanque das tarefas dentro dos grupos durante as *questões*: uns se ocupam de executar as vinganças (geralmente os mais jovens), outros planejam as estratégias familiares e as relações diplomáticas com ‘cabeças’ das famílias envolvidas (alguém

mais velho, com experiência e prestígio dentro do grupo); há também os que se ocupam dos arranjos logísticos e, finalmente, aqueles que sustentam a boa manutenção das redes de informação sobre fatos e intenções dos aliados e inimigos e a opinião pública – mulheres e pessoas menos envolvidas podem se ocupar desta função (MARQUES, 2002, p. 308).

Esta divisão de trabalho conduz a uma coordenação de esforços dentro da família, porém é difícil deduzir daí uma hierarquização estável ou medir até que ponto o ‘cabeça’ possui o comando dentro da sua instituição, uma vez que esta titulação de liderança não é instituída formalmente, sendo também objeto de tensão e disputa interna. Às vezes, é possível que se identifique mais de um ‘cabeça’ em uma família e, nesse caso, a divergência pode resultar em novas atualizações dentro do grupo, em um processo de desfamiliarização.

Os ‘cabeças’ são responsáveis pelo processo de familiarização, isto é, agregação de novas pessoas ao grupo. Às suas insígnias se junta solidariamente uma gama de personagens, que podem estar ou não ligados por consanguinidade e que são atualizáveis em diversos momentos. Porém, eles são alvo preferencial das outras famílias, numa estratégia de desarticular as ações do grupo opositor.

Na *questão* aqui estudada, por exemplo, a família dos Russos, envolvida no conflito, carrega uma designação que não é seu sobrenome, apenas o apelido de um ‘cabeça’ dessa família. Ele tinha como sobrenome Simões de Medeiros e, segundo sua família, ganhou a alcunha devido à pele e aos cabelos claros. Ele foi assassinado em 1997, porém a insígnia continuou sendo adotada, inclusive por um dos filhos em sua campanha para vereador no município em 2008. A família, no entanto, assina Simões, Almeida ou Medeiros. Os Benvindos, outra família envolvida, assinam os sobrenomes Santana, Maximiliano e Mulungu, mas ficaram conhecidos também pelo nome de um de seus ‘cabeças’ que era chamado dessa forma. O codinome perpassou por outras lideranças e uma delas ganhou bastante fama devido a sua atuação na *questão* citada, quando seu nome repercutiu por meses na mídia local e nacional. Os Cláudios formam outra família que adotou a denominação de uma liderança que tinha esse como primeiro nome, e que também foi morto nos confrontos. Um dos sobrenomes dessa família é Gonçalves, mesmo sobrenome de seus inimigos, os Araquans. Para fazer a diferenciação, surgiram outros signos, dessa



vez fazendo referência à cor da pele:<sup>7</sup> Gonçalves Pretos e Gonçalves Brancos. Estes últimos também carregam o sobrenome Araquan, porém assinam ainda Gomes e Sá. São conhecidos no local como uma família unificada ou duas famílias aliadas.

Assim, se cada um dos lados de uma *questão* constitui uma totalidade, como afirma Marques (2002), “trata-se de uma totalidade desprovida de unidade, que não ultrapassa a soma das partes, não *sui generis* nesse sentido” (MARQUES, 2002, p. 308). A atomização de uma *questão* está explícita, assim, na dificuldade de se designar os antagonistas com um único nome.

É igualmente difícil delimitar o início e o fim de uma grande *questão*, pois, como se diz no sertão, *intriga* é coisa que não tem fim; também não é fácil delimitar como, quando e porque começa (VILLELA, 2007, p. 116). Nesse campo, a produção da verdade, inclusive, parece maleável e em disputa, como, por exemplo, apontam as versões sobre as motivações locais que constam nos jornais ou no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (PERNAMBUCO, 2001) que mediu a *questão*:

Uma briga entre famílias está transformando o município de Cabrobó [...]. Em três anos, oficialmente 13 pessoas foram assassinadas, sem nunca ter descoberto o motivo. Mata-se pelo simples orgulho de não levar desaforo para casa. (MORTES..., 1997).

Durante muitos anos a cidade de Belém do São Francisco se viu amedrontada pela guerra entre ‘Gonçalvez’ e ‘Benvindos’, cuja motivação é possível que nem eles saibam [...]. Trata-se da disputa entre clãs mais sangrenta do Estado de Pernambuco, com requintes de crueldade, onde nem as mulheres, crianças e idosos são poupados. (PERNAMBUCO, 2001).

Durante a pesquisa de campo, a versão predominante nas disputas das narrativas locais informa que tudo começou no ano de 1987, em um bar no município de Belém do São Francisco (PE), onde dois jovens das famílias Benvindo e Gonçalves, alterados por algumas doses de cachaça, iniciaram uma discussão que findou com a morte de um deles. O assassinato acarretou uma série de vinganças.

Após anos de conflito, dezenas de assassinatos e uma tentativa frustrada de um acordo de paz, os Gonçalves foram expulsos de Belém do São

7 Barreira (2007, p. 195) cita caso semelhante de divisão familiar pela cor da pele no interior do Ceará.

Francisco, se juntando, no ano de 1992, em Cabrobó (PE), aos Gomes de Sá que eram também, como relataram alguns envolvidos na briga, parte desta família. Nesse momento, sob a perspectiva local, houve uma atualização de dois troncos de parentesco que, ao se juntarem, se ‘familiarizaram’ formando uma família que vai ser comumente vista durante o conflito como unificada, os Araquan.

Passados alguns anos, este último grupo já unificado, vivendo em Cabrobó, entra em conflito com duas famílias do município, os Russos e os Cláudios, que fizeram aliança entre si e, posteriormente, também com os Benvidos. Esse processo foi interpretado localmente apenas como uma união estratégica, oportunista em face do contexto, e não como um processo de ‘familiarização’.

Emergem daí algumas perguntas: inicia-se em Cabrobó uma nova *questão* ou prolonga-se a já existente, nascida em Belém do São Francisco? Será uma *questão* ou são várias delas que se cruzam? A resposta é sempre uma disputa de interpretação local que depende do ponto de vista adotado e, principalmente, dos interesses em jogo. O que mantém a coesão de uma *questão*, evitando que episódios de vingança sejam tomados como fatos independentes, são as relações entre seus intervenientes, que podem ser de inúmeros tipos (amizade, parentesco, compadrio, patronagem) e as interpretações sobre elas.

Assim, a delimitação das fronteiras das *questões* é sempre maleável; enquanto alguns a unificam, outros segregam. A dificuldade de datar o início de uma *questão* se interpõe com a dificuldade de se delimitar as fronteiras entre várias *questões*:

O terror que atualmente impera em Cabrobó teve origem dez anos atrás, em Belém do São Francisco [...] famílias de agricultores naturais da cidade, promoveram a matança de cerca de 40 pessoas, metade de cada lado [...]. A briga, assim como de Araquans e Cláudios, começou por motivo fútil, uma discussão em uma festa. (ROUBO..., 1997).

Isso começou de uma coisa simples, em uma briga de bar. Duas pessoas se desentenderam e começou por causa daquela rixa ali. Muita gente pensa que foi por terra, por plantio de maconha e não foi. A briga que estou falando é só Cabrobó, Belém do São Francisco é outra rixa. (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, 2009).

Demonstra-se, com as diferentes versões, a dificuldade de se balizar os limites das *questões* familiares. A construção de alianças e rompimentos, processos

de composição e decomposição, que chamamos aqui de ‘familiarização’ e ‘desfamiliarização’, são um pressuposto das relações cotidianas, dentro e entre as famílias (COMERFORD, 2003), portanto, um elemento de organização simbólica e também espacial dessa sociedade.

## **5. Território, parentesco, simetria: condições para uma grande questão**

A região onde aconteceu a *questão* aqui estudada, localizada no sertão pernambucano, pertence à área conhecida nacionalmente como polígono da maconha. A designação não é nativa e nem bem é aceita pelos moradores, o que inclui as famílias envolvidas que rechaçam o termo, uma vez que o tráfico de drogas não é bem visto por elas. Segundo dizem, a designação traz prejuízos à economia e também à reputação moral da região.

Todas as famílias envolvidas na *questão* viviam principalmente da agricultura e eram proprietárias de terras em determinados territórios da região, onde residia parcela significativa de seus parentes. As condições de (re)produção familiar estavam próximas ao que Comerford (2003) denomina de ‘territórios de parentesco’, locais em que certas famílias se vinculam no mapeamento social e que pode apresentar uma posição fundamental na representação pública da família.

Como afirma o autor, a família, com os seus atributos de prestígio e associada ao território, fornece matéria-prima para as narrativas locais: a exemplaridade dos chefes das famílias nucleares que a compõem, a ajuda que pode dar aos seus e aos outros, a capacidade de fazer respeitar as divisas das terras e de casa (ou expandi-las), a habilidade de cada membro de responder corajosa ou habilmente às provocações, de captar oportunidades em prol da família, de impor suas versões dos enfrentamentos e de seus desfechos. O território é uma condição imprescindível para se exercer a política e a poética de reputações e do respeito, pois é através dele que uma família pode tornar-se respeitável e forte, adquire respeitabilidade no mapeamento social como prática semiótica e discursiva (COMERFORD, 2003, p. 63).

Além disso, estas famílias, que eram grandes produtoras de culturas agrícolas (principalmente arroz e cebola), ocupavam espaços vizinhos e eram também numerosas: em duas delas os ‘cabeças’ possuíam no núcleo familiar mais

de 20 filhos, além da proximidade com primos, tios, genros, cunhados e outros braços capazes, por relação de hierarquia e afinidade, de serem acionados como aliados em momento de disputa.

Assim, a propriedade da terra, a grande produção agrícola e o número elevado de homens capazes de prestar solidariedade em caso de necessidade davam às famílias prestígio e respeitabilidade na região. Com todas essas condições, existia ali certo equilíbrio de condições de confronto entre as partes, uma vez que em todas elas havia a possibilidade de dar uma resposta à altura a uma suposta provocação, condição de simetria essencial para o desenrolar de uma *questão*.

Para Marques (2002), uma das condições para que o conflito se efetive e perdure enquanto *questão* é a equivalência social e moral dos antagonistas. Segundo a autora, as *intrigas* e as *questões* são meios de estabelecer distinção entre parceiros tendencialmente iguais. A tensão entre cumplicidade e antagonismo, normalmente implicada na relação entre próximos, como foi explicitado, é a ambiência onde as ações de vingança nas brigas de família surgem. Assim, a briga de honra funciona como mecanismo capaz de estabelecer, se não uma hierarquia, pelo menos uma gradação moral em uma situação de intolerável equidade. Nesse contexto, a violência surge como um instrumento utilizado quando os outros meios de hierarquizar uma dada situação falham (DAMATTA, 1990, p. 174).

Com condições materiais e simbólicas semelhantes, as famílias se opuseram e se enfrentaram porque eram iguais em sua pretensão de se fazer respeitar, mas demandavam ser diferentes, e isso as colocava como adversárias legítimas. Dessa forma, “os antagonistas são sempre, de ambos os lados, pessoas que demandam respeito a si, a seu nome e a sua família” (COMERFORD, 2003, p. 78).

Outras regularidades dessas *questões* são sua temporalidade e seus locais, uma vez que as disputas desdobram-se sempre em momentos e lugares demarcados. Para Palmeira (1996), trata-se de uma maneira de a população representar e definir a estrutura social e descrever um conjunto de atividades adequadas e um ritmo próprio a determinado momento, “de criar um tempo para o desempenho de atividades consideradas importantes pela sociedade” (PALMEIRA, 2002, p. 173).

E o tempo da política é um exemplo. Tempo de adesões, em que são possíveis os rearranjos ou em que são formalizados os rearranjos de compromissos realizados entre duas eleições e, por isso, “adequado para explicitação de certos conflitos que em outros tempos seriam profundamente desagregadores” (PALMEIRA, 2002, p. 173). O tempo da política é formado por ocasiões regulamentadas em que, por exemplo, a violência não é legitimamente aceita (BARREIRA, 2007).

Comerford (2003) identifica uma ‘dinâmica agonística’ em determinados tempos e lugares quando as tensões se reforçam, períodos em que as atividades públicas (que não são necessariamente as mesmas do calendário político institucional) se intensificam e com isso se intensifica também a publicização do respeito. A sociabilidade agonística não se organiza de maneira aleatória, em uma conflitualidade generalizada. Ocasões públicas, como eleições, festas, jogos de futebol, bares e forrós, são aquelas em que os antagonismos se constroem e se regulam. “As reuniões públicas constituem assim modalidades de exercício de controle e ordenamento dos antagonismos (mais do que a ‘resolução’ deles)” (COMERFORD, 2003, p. 112). Ciclos de reunião e separação, de formalidade e intimidade, formas mais e menos ritualizadas de enfrentamento e entendimento marcam o calendário desses pequenos municípios.

Ao estabelecer momentos, locais e formas específicas de construção pública dos antagonismos, com o respeito às regras dos jogos e à etiqueta dos encontros, ou ao estabelecer o contraponto a todos os antagonismos, através das regras da hierarquização, como, por exemplo, em uma celebração religiosa, essa sociedade domestica seus antagonismos e valoriza o autocontrole (COMERFORD, 2003).

Mas, em sentido oposto, há ocasiões fora desses tempos e espaços – como as atividades cotidianas, entre e dentro da família ou vizinhança – que não são passíveis de ordenamento, pois a intimidade é forçada a todo tempo e as *intrigas* se acumulam fora dessas regras. Se nas primeiras atividades as *intrigas* e *questões* estão geralmente regulamentadas, são nestas últimas que estouram as brigas, são ‘o tempo das *questões*’ ou ‘tempo das *brigas*’ (VILLELA, 2007). No espaço de intimidade forçada, constroem-se períodos e lugares de latência e ação. Entre o fato que motiva um revide e a concretização deste, entre o surgimento de uma *intriga* e a sua efetivação enquanto *questão* estende-se um intervalo no qual se estabelece um modo de relação em que as disputas se

fazem tão agudas quanto latentes e surdas (MARQUES, 2002, p. 55). Nesses intervalos, as tensões nunca estão ausentes, mas sempre em reprodução. É o caráter moral das motivações que será mediado de acordo com a opinião pública, em um jogo de fama e reputação que combina a expectativa do público e o desempenho dos atores envolvidos (MARQUES, 2002).

Vê-se que as *questões* perpassam os momentos de briga, mas também seus intervalos, o espaço e o lugar que vão dar impulso a atos extremos. Os anos de tré-gua entre as famílias, como o período em que foi realizado o trabalho de campo, fomentam, especialmente nos espaços de publicização das tensões, uma série de elementos que estrutura as relações sociais até o embate, que acontece nas ocasiões informais de vizinhança, onde a ‘guerra’ é, ao mesmo tempo, congregadora e desagregadora de grupos.

## 6. Público e privado nas relações entre família e política

Em Cabrobó quem faz política são famílias. (Morador da cidade. Entrevista, pesquisa de campo, 2009).

No sertão pernambucano, política e parentesco não são domínios que se sobreponham perfeitamente ou possam ser vistos como domínios autônomos, uma vez que costumam alimentar-se mutuamente. Trânsitos complexos envolvem tramas familiares e políticas que se misturam em um mesmo enredo, contrariando os princípios de separação entre público e privado (MARQUES, 2007).

Nesses trânsitos, estão em jogo, em múltiplas negociações, espaços de composição em que diferentes famílias disputam aparatos públicos como forma de prestígio e vantagens o que, por consequência, impulsionam as *questões*. Já em sentido contrário, o domínio público interfere na constituição (nos processos de familiarização e desfamiliarização) dessas instituições privadas e também em suas ações. Como afirma Comerford (2003, p. 131), a dimensão pública está o tempo todo no centro dos processos de composição e decomposição das famílias, uma vez que elas se constituem constituindo suas reputações.

Trata-se de mútuo condicionamento e apropriação, em processos de composição provisória que contextualizam as relações sociais locais. Não é simplesmente o preenchimento pelo poder privado de uma ausência ou deficiência do poder público, mas antes o entrelaçamento dessas duas esferas, com o nome da família

servindo como capital político e seus membros acionando instrumentos modernos e legais (como a justiça e a polícia) e agentes estatais assumindo, como aconteceu na *questão* estudada, um papel de mediação entre as partes e até mesmo de protagonista do conflito.

Para Barreira, as disputas entre famílias ou as dissidências no interior de uma mesma família, permeadas por conflitos políticos, fazem parte do cenário de pequenas cidades do país, caracterizadas por uma rede de relações complexas, na qual as instâncias do público e do privado estão fortemente conectadas: “muitas localidades vivem a política como extensão da família ou, a própria família, como sendo a continuidade da política pela via das relações pessoais” (BARREIRA, 2007, p. 183).

No sertão pernambucano a conexão entre política e família é iminente, de modo que essas instâncias não podem ser vistas como fragmentadas. Como demonstra a fala do irmão de um vereador assassinado durante a *questão* aqui estudada, as relações de afinidade e desavença familiares estão imbricadas na construção do espaço público:

Meu irmão tinha cinco mandatos consecutivos de vereador e sempre ganhou as eleições, numa prova de que o povo de Cabrobó gosta da nossa família, enquanto os bandidos que não têm nada aqui vieram para acabar com a cidade. (FAMÍLIA..., 1997).

O trânsito entre a intimidade e o público é bastante fluido em qualquer nível de conexão de rede política e familiar (MARQUES, 2002, p. 295). Porém, nem sempre as linhas de tensão política da localidade coincidem exatamente com as linhas de pertencimento familiar, nem necessariamente com as linhas de tensão inter e intrafamiliar que perpassam o espaço político (COMERFORD, 2003, p. 105), como parece ter acontecido em Cabrobó. Na concepção dos moradores da cidade, duas famílias locais, que não coincidem com as que participaram da *questão*, fazem a disputa política atual no município: os Caldas e os Freire de Menezes. Segundo os moradores entrevistados, ambas as famílias que ‘fazem política’ não integraram a *questão* aqui abordada; estas têm uma origem comum, um grupo político que se dividiu em duas partes que hoje disputam os poderes Executivo e Legislativo do município. São, portanto, resultantes de um processo de desfamiliarização.

A família Caldas são herdeiros do patrimônio político do José Caldas, que foi prefeito três vezes. Só que esse pessoal aí que estão na oposição (os Freire de Menezes) vieram desse mesmo grupo. É gente que é dissidente da família Caldas. Os dissidentes desse grupo político formaram a oposição. Então, se você pegar da década de 60 para cá, Cabrobó sempre teve domínio dos Caldas, que não é uma família grande. É uma família que soube a partir da liderança de seu patriarca construir grande patrimônio eleitoral. (Morador da cidade. Entrevista, pesquisa de campo, 2009).

Se “quem faz política são famílias”, como afirmou esse morador da região, é possível afirmar que a política também constrói famílias. O processo de composição e decomposição, que ficou nítido no exemplo anterior, implica a necessidade de fazer opções por lados que, sem dúvida, ocasionam novas atualizações nos processos de familiarização e desfamiliarização. No entanto, apesar de a disputa política não coincidir precisamente com as linhas de pertencimento da *questão* familiar, observa-se que nada impediu, durante o período ativo da *questão* – tomados os acontecimentos e interpretações em torno deles –, que uma dessas famílias “que fazem política” fosse percebida como compondo (se familiarizando) com um lado em *questão*. Como demonstra o relato a seguir, nesse período, a esposa do prefeito do município (pertencente à família Caldas) foi espancada por membros de uma das famílias em *questão*:

O atual prefeito de Cabrobó, E. Caldas, tem motivos de sobra para evitar comentários sobre a matança de pessoas na cidade. Em julho do ano passado, sua residência foi invadida por [...] Araquan, que estavam à procura de E. José Caldas Cavalcanti Neto. Os acusados queriam matar [...], dos Cláudios, e como não conseguiram, fizeram ameaças contra o prefeito e espancaram a esposa. (MORTES..., 1997).

Há de se levar em conta, mais uma vez, a dinamicidade dos processos de familiarização e desfamiliarização e as interpretações em torno deles. Se em algum momento identificou-se essa composição (entre os Cláudios e os Caldas), alguns anos mais tarde, no período de trabalho de campo, havia nas interpretações locais uma separação bem nítida entre as famílias envolvidas na *questão* citada e aquelas que “fazem política”, o que parece não ter acontecido nos anos de briga.

Como atualmente nas interpretações locais as linhas de tensão política e tensão familiar não coincidem, há em Cabrobó famílias ou segmentos delas que estavam abertamente em lados opostos na *questão* e que hoje votam em um mesmo lado – ou mesmo se juntam em uma mesma coligação na



composição dos poderes Executivo e Legislativo – bem como há partes de famílias que estavam unidas durante a briga e atualmente votam/disputam em lados diferentes nas eleições locais. Como afirma Comerford (2003, p. 105), é preciso levar em conta as várias afinidades para a política: “Há pessoas e famílias que são reconhecidas como ‘partidárias’ e há as que nunca o foram”.

É importante dizer que o fato de essas linhas de tensão (política e familiar) não se cruzarem não significou que as famílias em *questão* não compusessem os diferentes locais da máquina pública em seus três poderes. Durante o tempo da briga os momentos de composição e rompimento com os agentes públicos e suas instituições ficaram evidentes em muitas ocasiões, como nos casos envolvendo, por exemplo, a polícia local. Esta foi acusada em vários momentos de favorecer um dos lados. Em um deles, um delegado de polícia encabeçou uma lista de ‘marcados para morrer’ pregada em praça pública por uma das famílias. Sendo acusado de ter ligações com uma das famílias e receber apoio logístico desta para perseguir suas adversárias, o militar foi visto compondo e utilizando ‘sua’ instituição na briga familiar (GUERRA..., 1997).

Como afirma DaMatta (1990), entra-se numa oposição entre ética pessoal e burocrática, com a moralidade familiar exigindo o burlar da regra ou sua aplicação rígida. Utiliza-se o âmbito das relações pessoais para obter vantagens em espaços que deveriam ser impessoais ou exige-se a aplicação das leis aos inimigos. Para os adversários, o tratamento generalizante da lei, aplicada sem atenuantes; já aos amigos e familiares, tudo, inclusive tornar as leis irracionais, ao abrir a possibilidade de não cumpri-las.

Por meio destes e outros exemplos, vê-se como conflitos familiares e instituições públicas estão interligadas. Sobre essa relação durante os anos de conflito, o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito Estadual do Narcotráfico e da Pistolagem, mediadora do acordo de paz, expressou-se de forma contundente:

A relação era a pior possível. [...] Existiam policiais que eram membros desses clãs e aí utilizavam do mando militar, quer dizer, da função militar deles para a perseguição e extermínio a outro grupo. Então, tomamos a decisão de afastar na época toda a companhia militar da região. Todos os militares que se tinha notícia de envolvimento com a guerra das famílias ou com o tráfico foram afastados da região e realocados em outras unidades militares. Sem falar que recebemos denúncias contra juízes, membros do poder judiciário também envolvidos com esses grupos. (Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito. Entrevista, pesquisa de campo, 2009).

Os casos demonstram como essas *questões* têm um caráter de trânsito entre público e privado: com as famílias construindo publicamente suas reputações e acionando a todo o momento os mecanismos do Estado em favor próprio e contra os adversários e, por outro lado, com o espaço público construindo e destruindo famílias, através de autoridades que sobrepõem os artifícios da moral e da justiça familiar à esfera pública, o que certamente reflete na configuração destas instituições.

Mas esses casos demonstram também como novos elementos são incorporados a essa estrutura, alargando as *questões*, que não são compreensíveis sem que apreendamos que a ampla configuração desse campo social está completamente atrelada a outras esferas da vida social. Dessa forma, não há dúvidas que a *questão* aqui trabalhada – assim como outras que se repetem no país –, envolva valores morais, estando também relacionada com a política, com a organização do parentesco e com formas de criminalidade, devendo ser pensada a partir de novas perspectivas.

## **7. A construção do acordo de paz, a imagem da família e suas atualizações**

Durante a Audiência Pública de Pacificação, os representantes das famílias Araquan, Gonçalves, Benvindo, Cláudio e Russo celebraram um acordo de paz entre as respectivas Famílias, pelo qual assumiram um pacto de não agressão, se comprometendo a por fim às matanças no Sertão pernambucano, sendo que os processos-crime a que respondem os membros das respectivas famílias serão acompanhadas pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público e pelos membros da CPI Estadual do Narcotráfico, a fim de garantir aos réus todos os direitos que lhes são constitucionalmente assegurados. (PERNAMBUCO, 2000).

Durante a negociação para a assinatura de um acordo de paz, houve também outros exemplos contundentes desse trânsito entre público e privado e que merecem ser citados. Em outubro de 2000, houve a assinatura do termo de compromisso, que após algumas audiências de negociação, resultaria na assinatura de um acordo de paz, firmado em cartório. Na cerimônia estavam presentes: membros da CPI, representantes das famílias em conflito, sendo um deles vereador, um coronel da Polícia Militar, um bispo da Igreja Católica, o secretário especial de reforma agrária, ligado ao ministério da Agricultura, um representante do governo do Estado de Pernambuco e um representante

da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Ausentes estavam os intervenientes diretos da contenda. Além de foragidos da justiça, sua presença poderia animar os ódios entre os grupos. Porém, alguns deles fizeram contanto por telefone durante a audiência (VILELLA, 2007, p. 125).

Houve na ocasião a promessa de concessão de benefícios jurídicos aos presos, como transferência de penitenciária, revisão das penas, distribuição de crédito agrícola às famílias e até reforma agrária nas terras destas, tudo isso para que o pacto fosse assinado. Segundo o presidente da CPI, que mediou o acordo, os termos do acordo de paz foram:

Primeiro, a não agressão a famílias a partir daquele momento. Segundo, o tratamento condizente ao direito dos que estavam presos. Terceiro, a aceleração dos processos. Porque eles reclamavam que tinham prisão preventiva decretada há mais de um ano e os processos não andavam, os que estavam fora também começaram a delinquir. Então, uma das formas que a gente viu de reduzir o nível de radicalização e delinquência na questão [...], a justiça tinha que dar também a sua parte. E aí nós envolvemos também o judiciário no pacto, para que os processos fossem agilizados. (Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito. Entrevista, pesquisa de campo, 2009).

Um dos mediadores chegou a propor um projeto para alterar a lei em um dos municípios com o propósito de atenuar essa e novas *questões* familiares.

Depois da assinatura do acordo de paz no sertão, os líderes das famílias temem agora qualquer ruptura do pacto. [...]. Na festa de ontem, o líder da família [...] anunciou a elaboração de um projeto de lei para evitar o funcionamento dos bares depois da meia-noite. Os adolescentes exageram durante o final de semana, colocando em risco qualquer iniciativa de paz. (FAMÍLIAS..., 2000a).

Ainda durante o mesmo processo de negociação, alguns participantes da contenda criaram empecilhos e chegaram a recusar a assinatura do acordo de paz, ameaçando não cumpri-los, caso esse fosse firmado, e indo contra uma parte da família que articulava o acordo. Temendo que o acordo fosse quebrado, membros mais velhos dessas famílias que carregavam certo prestígio, especialmente dentro da própria instituição familiar, deram declarações públicas ameaçando punir esses parentes em caso de violação do trato:

Eternos rivais há mais de duas décadas, Araquans e Benvindos/Russos concordam com um ponto fundamental do pacto de paz. Os responsáveis pela ruptura do termo de compromisso deverão ser punidos pela justiça, conforme as leis. Há até quem vá mais longe

e proponha uma pena ainda mais severa aos traidores da trégua: quem não respeitar a bandeira branca deve ser entregue ao inimigo e sofrer todas as consequências, inclusive a morte. (FAMÍLIAS..., 2000a).

Situações como essa, geralmente, não são bem aceitas nestas instituições familiares, uma vez que revelam fissuras onde se deveria mostrar coesão e força e podem resultar em rompimentos. A união é um dos valores morais mais importantes dentro dos grupos hierarquizados, sobretudo na exposição pública da imagem da família, pois mantê-la significa garantir cotidianamente a disciplina e, por essa via, a própria hierarquia (COMERFORD, 2003, p. 115), quer dizer, a garantia de que os braços familiares estão sempre prontos a serem invocados, demonstrando superioridade sobre as outras famílias.

A quebra do acordo não chegou a se concretizar, pois tal possibilidade defrontava-se com outros valores importantes. Se acontecesse o rompimento do acordo e a punição aos infratores, haveria provavelmente um novo momento de desfamiliarização, em que ocorreriam atualizações no núcleo familiar. Assim, contrapor-se à hierarquia, mais do que apenas uma provocação, seria colocar-se fora do todo, que é a família (COMERFORD, 2003, p. 115).

Após assinado o acordo, ao invés de quebra, ocorreram novas atualizações na composição do público e do familiar. Se algumas das famílias, durante a *questão*, compunham com Estado, ou, na verdade, todas elas o fizeram em momentos e espaços diferenciados – utilizando as atribuições da máquina e opinião pública em favor próprio contra as adversárias –, nesse momento constrói-se entre elas uma composição para se oporem, todas juntas, aos representantes da máquina pública, como demonstra a matéria jornalística a seguir:

[...] as principais lideranças das sete famílias em conflito já traçaram planos para o futuro. Entre discursos e apertos de mão históricos, foi acertada a realização de um encontro semestral entre os envolvidos. Nesse intervalo de tempo, eles querem pressionar o Governo do Estado a facilitar a liberação de créditos, possibilitando a recuperação econômica dos municípios prejudicados há duas décadas pela guerra. Outra unanimidade é com relação à necessidade de criação de áreas restritas de circulação e zonas de exclusão, a fim de evitar a ruptura do pacto, durante os seis primeiros meses. (FAMÍLIAS..., 2000b).

Elas, agora, compõem-se unidas por novos interesses e pressionam o Estado. Como se vê, novos processos de familiarização e desfamiliarização estão sempre em andamento.

## 8. Considerações finais

Um último ponto a ser tratado sobre a *questão* e a construção do acordo de paz diz respeito à questão financeira e moral das famílias envolvidas. Os dados obtidos não permitem uma generalização que se estenda a todos os membros dessas famílias ou mesmo a todos os grupos, quanto mais falar em termos de município; porém, é certo que a briga teve um impacto econômico negativo não só nas famílias, mas também nas regiões em que aconteceram os crimes.

Como afirma o ditado popular da região, “*questão é pobreza*”; dessa forma, muitas são as histórias sobre personagens antigos e atuais que gastaram fortunas, perderam parentes e acabaram na miséria por conta de manter o ciclo de reciprocidade da vingança familiar (VILELLA, 2007, p. 129). A fala de alguns personagens demonstra um pouco dessa dimensão na *questão* aqui tratada:

O conflito foi muito ruim para a economia da cidade, na época o comércio parou e não se via ninguém circulando nas ruas. As famílias gastaram muito com a guerra. Havia os que continuaram trabalhando normalmente e aqueles que caíram num ciclo de marginalidade e passaram a viver de assaltos. Uma bala de fuzil custa caro e só era possível manter o conflito recorrendo a essas fontes de financiamento. (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, 2009).

Se no período anterior à *questão* aqui abordada algumas das famílias envolvidas eram grandes produtoras de artigos agrícolas, no período de trabalho de campo, muitos de seus membros se diziam endividados com o Estado ou mesmo com a iniciativa privada. Diversas fazendas abandonadas durante os anos de briga continuavam, se não dessa maneira, pelo menos improdutivas. Dezenas de homens dessas famílias, em idade ativa, e que sobreviveram aos conflitos, continuavam presos.

Na realidade, a briga não se resolveu, eles se destruíram. [...] Acabou porque de onde se tira que não repõe, se acaba. A partir do momento que você começa a ver sua família morrendo, se acabando e você já não tem mais recursos, o recurso financeiro acabou. Por causa disso aumentou o índice de roubos de carga, índice de roubo disso e daquilo porque o recurso financeiro que eles tinham para brigar acabou. Começaram a vender tudo o que tinha. Chegou um momento que eles tinham que se sustentar sem sair para a cidade porque a polícia prendia, sem poder ter um convívio social numa comunidade porque os inimigos vinham para matar. Então acabou foi por isso, eles foram perdendo a condição financeira, foram perdendo a estabilidade social, foram perdendo sua vida e aí tem que chegar a um

ponto final ou todos iam acabar de se destruir. (Membro de uma das famílias. Entrevista, pesquisa de campo, 2009).

Como disse um morador do município, o juramento de um dos ‘cabeças’ diante do túmulo do filho – que está na abertura deste artigo – foi cumprido, e não só ele, mas também outros envolvidos na *questão* empenharam suas riquezas em favor da moral individual e coletiva, em nome de sua família. E se estes se depauperaram ou até mesmo foram assassinados durante os conflitos, seus nomes ganharam fama e continuam vivos nas representações do público que acompanhou e acompanha a sequência de acontecimentos. Entraram para a história local como líderes que doaram suas vidas por seu grupo.

Em uma sociedade como a sertaneja, em que, como afirma DaMatta (1990), as relações pessoais se sobrepõem às individuais (universais), tal sacrifício se torna um mecanismo de diferenciação social. Enriquecer com o tráfico ou assaltos não é aceito socialmente, mas empobrecer pela justiça familiar tem sua valoração positiva, embora com certeza não tenha sido o desejo de nenhuma delas ao entrar na *questão*.

Como afirma Marques, certas formas de vivenciar os conflitos são socialmente encorajadas ou, em sentido contrário, combatidas. Procura-se selecionar condutas apropriadas à fama que se deseja reforçar (MARQUES, 2002, p. 424). Nesse universo da família, em que impera uma ética baseada nos valores pessoais, o individualismo das sociedades modernas é valorado negativamente, tomado como princípio de alguém que não foi capaz de dividir-se com o grupo do qual faz parte, ligar-se plenamente à instituição. Temos aqui um mundo da ‘caridade’ e da ‘bondade’ como valores básicos, um mundo ligado à moral pessoal, à coragem, à valentia e à aristocracia, cujo foco é um sistema de pessoas (que sustenta o universo social segmentado em famílias) se concebendo como complementares e que sabem seus lugares e ali estão satisfeitas (DAMATTA, 1990, p. 190).

Nessa sociedade cujo sistema é múltiplo e permite várias classificações, existem modos muito poderosos de compensar as perdas econômicas (DAMATTA, 1990). Ou seja, os padrões de diferenciação social (hierarquias) que se estabelecem, diante do público que acompanha a *questão*, têm como base critérios outros que não exclusivamente os do plano econômico.

Tal como afirma DaMatta, sobre o mito de um herói tipicamente nacional, a ascensão e a descendência na estrutura não é realizada pelas condições econômicas (pelo menos não exclusivamente), mas pela atitude moral. “Vale mais ser pobre, sagaz e vingador, capaz de lutar pelas boas causas, do que rico e desonesto, perdendo de vista a humanidade básica dos homens” (DAMATTA, 1990, p. 244).

Se entrar em uma *questão* e empobrecer não foi o desejo e nem é motivo de orgulho a nenhuma das famílias, muito mais temível se mostrava aos olhos locais a perda do respeito e da honra, que teria como consequência o enfraquecimento das relações pessoais. E, em sentido inverso, a conquista do respeito e da honra pode ser muito mais valorizada que o enriquecimento que não venha acompanhado desta moral e suas derivações.

## Referências

BARREIRA, C. **Crimes por encomenda**: a pistolagem no cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BARREIRA, I. A. Do sangue à palavra: expressões políticas de conflito familiar. In: MARQUES, A. C. (Org.). **Conflitos, política e relações pessoais**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

BRIGA de famílias no sertão é pelo poder. **Jornal do Commercio**, Recife, 3 mar. 1997. Cidades.

COMERFORD, J. C. **Como uma família**: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

FAMÍLIA diz que criminosos estavam rondando a cidade. **Jornal do Commercio**, Recife, 22 mar. 1997. Cidades.

FAMÍLIAS rivais selam hoje acordo de paz. **Jornal do Commercio**, Recife, 17 out. 2000a. Cidades.

FAMÍLIAS vão se juntar para pressionar governo. **Jornal do Commercio**, Recife, 18 out. 2000b. Cidades.

FRANCO. M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3. ed. São Paulo: Kairós Liv. Ed., 1983.

GUERRA entre famílias tem lista dos marcados para morrer. **Jornal do Commercio**, Recife, 24 mar. 1997.

MARQUES, A. C. D. R. **Intrigas e questões:** vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

MARQUES, A. C. D. (Org.). **Conflitos, política e relações pessoais.** Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

MARQUES, A. C. D.; COMERFORD, J. C.; CHAVES, C. de A. Traições, intrigas, fofocas, vinganças: Notas para uma abordagem etnográfica do conflito. In: MARQUES, A. C. D. (Org.). **Conflitos, política e relações pessoais.** Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

MORTES fazem Cabrobó virar cidade sem lei. **Jornal do Commercio**, Recife, 2 mar. 1997. Cidades.

PALMEIRA, M.; GOLDAM, M. (Org.). **Antropologia, voto e representação política.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PALMEIRA, M. Política e tempo: nota explanatória. In: PEIRANO, M. (Org.). **O dito e o feito:** ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa. **Relatório final da CPI estadual do narcotráfico e da pistolagem.** Recife: Alepe, 2001.

PERNAMBUCO. **Termo de compromisso assinado na Assembleia Legislativa de Pernambuco,** 17 out. 2000.

QUEIROZ, M. I. P. de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

ROUBO e tráfico fornecem armas para briga. **Jornal do Commercio**, Recife, 3 mar. 1997. Cidades.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: MORAIS, E. (Org.). **Simmel:** sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

TANTA gente morreu que não me lembro. **Jornal do Commercio**, Recife, 5 ago. 1997.

VILLELA, J. M. **O povo em armas:** violência e política no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

\_\_\_\_\_. Violência e mediação de vingança no sertão de Pernambuco, Nordeste do Brasil. In: MARQUES, A. C. D. (Org.). **Conflitos, política e relações pessoais.** Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

Data de recebimento: 17.07.2012

Data de aprovação: 17.07.2013



## Families in conflict: Descriptive aspects in Pernambuco's hinterland

### **Abstract**

THE THEME of this work is delimited in the relationship between Family, State and Violence in the backlands of Pernambuco. In a small town, heavily armed groups, under the name of five families in the region, enter into a conflict that gained enormous proportions. Dozens of people are killed and groups entering a cycle of marginalization and poverty; a peace agreement is then signed by a notary. Our goal is to ask how such conflicts take place and which meanings and effects they produce. Taken in its operation such conflicts are the way that society thinks and organizes (symbolic, temporally and spatially). The analytical categories fundamental to the study are revenge, reputation and honor.

**Keywords:** family; honor; revenge; Pernambuco's hinterland.